

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# Mst: um movimento campesino?.

Debora Hahn Schu.

Cita:

Debora Hahn Schu (2009). *Mst: um movimento campesino?.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2190>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# Mst: um movimento campesino?

**Debora Hahn Schu**

**Universidade Federal de Santa Maria**

**Mestrado em Ciências Sociais**

*de.hahn@hotmail.com*

A procedência histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localiza-se ainda na década de 1960, no norte do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Durante os anos de 1959 e 1963 o Rio Grande do Sul (RS) foi governado pelo senhor Leonel de Moura Brizola, este que em 1960 incentivou uma campanha de abaixo-assinados, a qual deu origem ao MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra – 1960/64).

O MASTER ocupou a Fazenda Sarandi, uma propriedade rural de 24 mil hectares<sup>1</sup>, localizada na cidade de Ronda Alta, na época distrito de Sarandi. Para justificar a ocupação, os agricultores argumentavam que a propriedade pertencia a uma família uruguaia e que era improdutivo. A Fazenda Sarandi foi desapropriada pelo governador Leonel Brizola, o qual se ancorou em uma lei estadual de utilidade pública – nesta época ainda não havia uma legislação nacional sobre Reforma Agrária. Contudo não foram preenchidos todos os lotes disponíveis para assentamento, pois o mandato de Brizola terminou e o governador eleito, o senhor Ildo Meneghetti, não continuou o projeto de assentamento.

---

<sup>1</sup> Hectare é uma medida agrária, sendo que um hectare é equivalente a 10.000 m<sup>2</sup>.

Com a Ditadura Militar<sup>2</sup>, em 1964 o MASTER padeceu, mas não desapareceu. Apoiado pela Pastoral da Terra, pela Teologia da Libertação e pela Igreja Luterana, o MASTER lentamente abrolhava. Das 1.050 famílias do movimento apenas 450 foram assentadas pelo ex-governador Leonel Brizola. As famílias que não receberam o lote se dirigiram para a reserva caingangue de Nonoai – reconhecida legalmente desde 1847 – e ali permaneceram durante anos, alguns como posseiros outros como arrendatários.

Entretanto, em 1978 os Kaingangs e o Conselho Indigenista Missionário expulsaram cerca de 1.200 famílias de posseiros e arrendatários da reserva. Para estas famílias o governo ofereceu terra no estado do Mato Grosso, pouco mais da metade das 1.200 famílias aceitaram estas terras e dirigiram-se para lá. As outras acamparam em cidades próximas a Nonoai e algumas foram para Esteio (RS), estas últimas receberam lotes de terra no município de Bagé (RS). As famílias que permaneceram na região de Nonoai ocuparam uma área sobeja da Fazenda Sarandi – área que havia se transformado em reserva ambiental – acabaram sendo expelidas pelo policiamento, tendo que recuar ao acampamento.

Paralelo a esse movimento, em Santa Catarina ocorreu a ocupação à Fazenda Burro Branco; no Paraná em 1980, cerca de 10 mil famílias que tiveram suas terras inundadas pela construção da barragem de Itaipu organizaram-se contra o Estado; em São Paulo e Minas Gerais também eclodiam manifestações objetivando a posse de terra. Esses acontecimentos, mesmo dispersos e isolados, já indicavam a organização de um movimento com bases estruturadas nacionalmente.

Em 1º de agosto de 1979, os sem-terra reunidos com o governador do estado do Rio Grande do Sul, o senhor José Augusto Amaral de Souza, exigiram um assentamento na Fazenda Macali e gleba Brilhante, que, segundo eles, era parte da antiga Fazenda Sarandi e havia sido grilada<sup>3</sup>, sendo definido um prazo de 30 dias para resolver o impasse. Vencido o prazo e sem nenhuma resposta, houve a ocupação da Fazenda Macali e Brilhante. Morrissawa relata:

---

<sup>2</sup> Período (1964 a 1985) da história brasileira em que o país foi governado por militares, os quais depuseram o presidente João Goulart. Este período caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão, sendo que o mesmo ficou conhecido pelo slogan "*Brasil, ame-o ou deixe-o*".

<sup>3</sup> Grilagem é a falsificação de documentos, para assim, de forma ilegal, tornar-se dono por direito de terras devolutas ou de terceiros, por meio de documentos falsificados. A origem do termo justifica-se historicamente, os documentos eram deixados dentro de uma caixa com grilos para serem corroidos, dando-lhes uma aparência antiga e portanto, mais fácil de falsificar. Tal prática agravou o êxodo rural em diversas regiões do país.

Na noite de 6 de setembro, diversos caminhões e veículos transportando 110 famílias sem terra entraram na Macali, onde em pouco tempo montaram acampamento. Como haviam decidido nas reuniões, assim que chegaram à terra fincaram uma cruz, símbolo da conquista, e colocaram sobre ela a bandeira do Brasil. [...]. Outras 170 famílias organizadas pelo nascente movimento ocuparam a gleba Brilhante no dia 25 daquele mês. Apesar da ameaça de repressão policial mais contundente, os sem-terra tiveram o apoio da sociedade e não houve violência. (MORISSAWA, 2001, p. 124-125).

Por fim o governador acabou realizando o assentamento nas áreas da Macali e Brilhante, mas, devido ao tamanho destas áreas, nem todas as famílias foram assentadas. As famílias que ainda não haviam recebido suas terras ocuparam a Fazenda Annoni, em outubro de 1980, mas acabaram sendo expulsas pela polícia. A Annoni era uma propriedade rural de 9.500 hectares de terra, igualmente localizada no município de Sarandi. Tal experiência serviu de ensaio para a ocupação da Encruzilhada Natalino.

O acampamento da Encruzilhada<sup>4</sup> Natalino<sup>5</sup> organizou-se entre dezembro de 1980 e março de 1982, com cerca de 600 famílias que acamparam na área de servidão pública, nas margens da estrada.

Apesar da precariedade das condições do acampamento, trataram de se organizar em grupos, setores e comissões, e de eleger uma coordenação. Dessa luta nasceu o Boletim Sem Terra, o primeiro órgão de comunicação do Movimento, e uma secretaria administrativa em Porto Alegre para buscar solidariedade. [...]. Sindicatos de várias categorias de trabalhadores, comunidades de diversas paróquias, prefeitos, agricultores e estudantes passaram a apoiá-los.

Em junho de 1981, D. Pedro Casaldáliga veio trazer sua solidariedade aos acampados, rezando uma missa para eles em que reuniu 6 mil pessoas, contando as que foram prestar solidariedade. Esse acontecimento foi divulgado para todo o território nacional. Outra grande comemoração foi

---

<sup>4</sup> Ponto de encontro das estradas que se dirigem aos municípios de Sarandi (RS), Passo Fundo (RS) e Ronda Alta (RS).

<sup>5</sup> Natalino era o nome do agricultor que ergueu o primeiro barraco no local.

realizada no Dia dos Trabalhadores Rurais, 25 de junho, com a participação de mais de 10 mil pessoas. [...]. No acampamento, a cruz era, de início, fincada no chão, mas passou a ser escorada. Cada escora simbolizava um apoio recebido, os panos brancos, as crianças que morriam ali. (MORISSAWA, 2001, p. 125-126).

Em julho de 1981 o Presidente da República, João Figueiredo, declarou a Encruzilhada Natalino como Área de Segurança Nacional<sup>6</sup>, tropas do Exército, da Polícia Federal e agentes de inteligência tomaram a região e fecharam a estrada. O comandante da operação era o Coronel Sebastião Rodrigues Moura, conhecido como Curió<sup>7</sup>, o qual havia sido responsável por acabar com a Guerrilha do Araguaia<sup>8</sup> na Amazônia na década de 1970 e em 1980 no Garimpo da Serra Pelada<sup>9</sup>, sua função era acabar com o acampamento e abolir o exemplo de rebeldia.

O Coronel Sebastião prometeu satisfazer o desejo por terras. Cerca da metade das famílias aceitaram ser assentadas na região Norte e Centro-Oeste do país. A outra parte dos sem-terra, mobilizados por bispos da Pastoral da Terra, preferiu pressionar o governo para assentá-los no Rio Grande do Sul. Aos que ficaram restou o aviso de que “quem já tivesse trabalhado em centros urbanos estava classificado como sem vocação para a agricultura e, portanto não tinha direito a terra” (MORISSAWA, 2001, p. 127).

Ocorreu que algumas famílias que não tinham conseguido se adaptar na região Norte e Centro-Oeste do país, retornavam ao Rio Grande do Sul e voltavam ao acampamento. A estas foi avisado que não teriam novo direito à terra, ou seja, era exigido de cada família um documento onde se comprovasse que nunca havia possuído uma propriedade rural. No início de fevereiro de

---

<sup>6</sup> Área de Segurança Nacional é uma região que ameaça a segurança do país, assim, neste espaço as liberdades individuais, os princípios constitucionais e a legislação civil não são reconhecidos, devido ao risco de serem alvo de sabotagens, de atos terroristas.

<sup>7</sup> O Major Curió foi agente do Serviço Nacional de Informação e membro do Conselho de Segurança Nacional. Atuou durante o Regime Militar como perseguidor, seqüestrador e torturador de religiosos e lideranças sindicais ligadas à luta pela terra.

<sup>8</sup> A Guerrilha do Araguaia foi organizada pelo Pcdob na década de 1970. Esta reuniu guerrilheiros contrários ao Regime Militar, os quais pretendiam implantar o comunismo no país. Os guerrilheiros se organizaram, próximo ao rio Araguaia, no atual estado do Tocantins. O plano era conscientizar os camponeses locais sobre a necessidade da luta armada contra os grandes proprietários rurais. Acabaram sendo derrotados por um grande exército em 1975.

<sup>9</sup> Em 1976 o Departamento Nacional de Minas e Energia comprovou a existência de ouro no sul do Pará, mas o anúncio só veio oficialmente a público em 1979. No primeiro semestre de 1980 já haviam cerca de 30 mil garimpeiros na área que pertencia a Companhia Vale do Rio Doce. O Major Curió comandou a intervenção da área, todo o ouro encontrado deveria ser vendido a Caixa Econômica Federal. Devido a interesses eleitoreiros – o major Curió foi eleito deputado federal em 1982 – a Vale só recuperou o direito de posse do garimpo em 1992 e acabou sendo indenizada. Os depósitos de ouro na superfície se esgotaram. O apogeu do garimpo foi em 1983. Em 1996 garimpeiros voltaram ao local, mas foram expulsos pela polícia. Atualmente exploram o garimpo uma empresa canadense e uma cooperativa local.

1982, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Igreja Luterana compraram uma área de pouco mais de 100 hectares de terra em Ronda Alta – onde mais tarde foram assentadas 10 famílias –, neste local, as famílias que estavam na Encruzilhada Natalino, formaram um acampamento permanente do MST. Só após três anos de resistência o governo desapropriou áreas na região e assentou famílias. Ainda hoje a Encruzilhada Natalino é apontada por líderes do MST como um exemplo de resistência, mobilização e luta.

Em julho de 1982, no Paraná houve o primeiro encontro de lideranças que lutavam pela terra. Ainda em 1982, em Goiânia, foi realizado um seminário para as lideranças de agricultores sem-terra, neste seminário se levantou a necessidade de criar um movimento de alcance nacional.

Dessa articulação derivou o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no ano de 1984 em Cascavel. Neste encontro, além da união dos trabalhadores rurais sem terra de todo o país, juntaram forças a Associação Brasileira de Reforma Agrária, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Indigenista Missionária e operários de São Paulo. Fundava-se assim, oficialmente um movimento nacional que buscava a realização da Reforma Agrária. Sobre esse encontro o MST afirma que:

A atividade reuniu 80 trabalhadores rurais que ajudavam a organizar ocupações de terra em 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima [...]. Os participantes concluíram que a ocupação de terra era uma ferramenta fundamental e legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais em luta pela democratização da terra. A partir desse encontro, os trabalhadores rurais saíram com a tarefa de construir um movimento orgânico, a nível nacional. Os objetivos foram definidos: a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social. (*MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA*, 2009).

Em 1985 ocorreu o I Congresso Nacional dos Sem-Terra. A bandeira foi criada em 1987 e o hino foi escrito por Ademar Bogo em 1990, a música é de Willy Correia de Oliveira, professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP), sendo que a primeira apresentação deste hino foi realizada pelo Coralusp.

Em outubro de 1985, ocorreu a segunda ocupação por 1.500 famílias, de uma das maiores fazendas do Rio Grande do Sul, a Fazenda Annoni, propriedade de Ernesto José Annoni, ex-prefeito do município de Carazinho. O objetivo era pressionar a desapropriação e a criação de um assentamento. A Annoni tinha sido declarada em 1975, ainda no governo militar como área improdutiva, sendo reconhecida como área de interesse para Reforma Agrária, contudo permaneceu em litígio judicial até 1987, sendo que o assentamento foi realizado somente em 1992, originando-se, a partir deste, o município de Pontão.

De lá para cá o Movimento se desenvolveu, firmando importante articulação nacional. O MST nasceu vinculado ao mundo rural, todavia, internamente os integrantes do MST se reconhecem como parte de um Movimento não constituído apenas por trabalhadores rurais, mas sim por todos aqueles que querem lutar pela Reforma Agrária, pela justiça e pela igualdade social. Atualmente o MST se assume como um *movimento de massas*. A utilização da categoria *massas* parece contrária aos objetivos do próprio Movimento, visto que *massa* é um conceito geralmente utilizado nas ciências sociais para caracterizar um conjunto de indivíduos, numeroso, inorganizado, amorfo e sem coesão ideológica. Talvez o sentido de *massas* para o MST esteja mais próximo do que foi afirmado pelo sociólogo Georges Gurvitch (1973), para o qual, a *massa* era a junção de indivíduos que internamente tinham atração mínima, mas externamente sofriam pressão máxima, uma vez que ao ingressarem no Movimento as famílias passam a conviver com outras até então desconhecidas, não havendo, no início, afinidade alguma entre elas, contudo, com o tempo de permanência no acampamento, estreitam-se os laços e o comportamento individual passa a influenciar o comportamento grupal, tornando a *massa* possuidora características análogas.

Ainda assim, o termo *massas* descaracteriza o MST, um Movimento que se pretende homogêneo. Dessa pretensão procede a preocupação com a massificação – promoção de ações que garantem uniformização de comportamentos de integrantes de um grupo –, pois o MST crê que através dela irá ocorrer o engajamento aos objetivos do Movimento. A massificação apresenta como finalidade o imperativo de estandardizar idéias, consensos, identidades, comportamentos e representações, transformando o grupo de indivíduos em uma massa análoga, ou seja, o MST quer ver-se como grupo homogêneo, amalgamado, capaz de expressar sua hegemonia. Nesta perspectiva, acampamentos e assentamentos realizam determinados eventos com o objetivo de perpetrar representações sociais, estas entendidas como um

[...] sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu

mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (MOSCOVICI, 2003, p. 21).

É então, do espargir dessas representações sociais, que o MST objetiva formar uma auto-imagem que seja condizente com seus interesses, neste sentido, as

[...] representações sociais emergem, não apenas com um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico [...], a representação é uma forma de conhecimento prática, conectando o sujeito ao objeto [...], quantificar esse conhecimento como prático, refere-se à experiência a partir da qual ele é produzido, aos referenciais e condições em que ele é produzido, e sobretudo, ao fato de que a representação é empregada para agir no mundo e nos outros. (MOSCOVICI, 2003, p. 20).

Dentro do MST, há um setor responsável por promover a expansão populacional do Movimento, este setor chama-se Frente de Massa. A Frente de Massa tem o dever de ir às cidades convencer e recrutar interessados em engajar no Movimento. Diante desse panorama, o MST vem recebendo duras críticas de muitos setores da sociedade, os quais afirmam que o Movimento perdeu razão de existir. Um exemplo disso são as colocações de Francisco Graziano. Segundo Graziano:

As invasões de terras, ao contrário do que muitos pensam, prenunciam o fim da reforma agrária no Brasil. A agonia do modelo do distributivismo agrário. Esgotado um ciclo histórico, fracassado, o sem-terra virou sem-emprego. E, do campo, mudou para a cidade. Quem imagina que a desilusão urbana se resolve através da reforma agrária comete um erro brutal. A prova pode ser encontrada nos assentamentos rurais cujos beneficiários se compõem de gente desempregada das periferias. No máximo, o resultado mostra que a favela mudou de lugar. A um custo



exorbitante para a sociedade. Essa fábrica de sem-terras, de fácil consecução devido à falta de empregos e a miséria social, representa o fim do velho sonho da esquerda que propunha, há quase 50 anos, a reforma agrária como caminho do desenvolvimento nacional. Quebrar o poder do latifúndio significava arrancar para o progresso. Rural e industrial. O sentido econômico da reforma agrária acabou progressivamente substituído pela agenda social. Aqui começou seu fim. [...].Essa tem sido a regra das invasões de terras promovidas pelo MST e seus congêneres. Na falta de verdadeiros sem-terra, arregimentam os excluídos da cidade para servir aos seus propósitos, duvidosos. Talvez uma hipotética revolução salvadora. Propor a reforma agrária como uma solução para a crise urbana representa irracionalidade econômica. Para não dizer uma demagogia barata [...]. No mais, facilmente se comprova a manipulação ideológica. Pobres coitados, miseráveis e desempregados, habitantes infelizes da periferia das cidades, viram sem-terra pela oferta ilusória do MST, devidamente respaldada pela chamada igreja progressista, que parece incitar a violência e a justiça na marra. Perigosa essa associação entre a religião e as invasões de terra. A teologia da libertação está correta ao bradar contra a miséria e as desigualdades sociais. Mas precisa perceber que, apoiando esse equívoco, está apenas trocando a favela de lugar. Gastando um dinheiro que poderia ser utilizado em obras sociais mais efetivas no combate à miséria. A questão fundamental reside na qualidade dos assentamentos rurais. A realidade está indicando, à farta, que recebendo terra e mesmo apoio técnico e financeiro, parte significativa das famílias assentadas não progride, continuando sua existência miserável, lá mesmo, na roça, ou retornando para a cidade, sua origem. A terra não é passaporte para a felicidade. Essa idéia, atrasada, de tornar agricultor qualquer coitado, ou aventureiro, está acabando com a reforma agrária no Brasil. As invasões são, nada mais, que seu canto de cisne. (GRAZIANO, 2009).

O MST argumenta que, como Movimento Social, não escolhe quem ingressa em suas fileiras, assim grande parte da sociedade não o identifica mais como um Movimento feito por trabalhadores rurais sem terra, ou seja, o MST, ao contrário do que seu próprio nome designa, não é composto apenas por agricultores – pessoas que conhecem a arte de retirar do solo, de modo

econômico, recursos úteis ao homem. Atualmente, o MST preocupa-se menos em promover o retorno do agricultor destituído de posse ao meio agrícola e mais em tornar o pobre urbano em pequeno agricultor, e através deste processo anseia levantar a bandeira do socialismo, ocultada sobre os rótulos da reforma agrária, do cooperativismo e da agroecologia.

## Bibliografia

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1987.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1985.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
- GRAZIANO, Francisco. **Agonia da Reforma Agrária**. Artigo Publicado dia 16/09/03 pelos Jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e O Tempo, de MG. Disponível em:  
<[http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos\\_detalhe.asp?IdArtigos=26](http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos_detalhe.asp?IdArtigos=26)>. Acesso em: 5 abr. 2009.
- GURVITCH, Georges. **As Classes Sociais**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1973.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**, São Paulo, Edusp, 2000.
- MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Um histórico do MST**. Disponível em:  
<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6206>> Acesso em: 20 jan. 2009.
- WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.